



Número: **0859295-88.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **25/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
VALDERO ALVES DANTAS (AUTOR)		CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO (ADVOGADO)	
MAPFRE VERA CRUZ SEGURADORA S/A (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24739292	25/09/2019 14:51	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
24741073	25/09/2019 14:51	<a href="#">PETIÇÃO DIFERENÇA</a>	Informações Prestadas
24741076	25/09/2019 14:51	<a href="#">PROCURAÇÃO</a>	Procuração
24741091	25/09/2019 14:51	<a href="#">RG E CPF</a>	Documento de Identificação
24741095	25/09/2019 14:51	<a href="#">BOLETIM DE OCORRÊNCIA</a>	Documento de Comprovação
24741352	25/09/2019 14:51	<a href="#">DECLARAÇÃO SAMU</a>	Documento de Comprovação
24741360	25/09/2019 14:51	<a href="#">FICHA AMBULATORIAL HOSPITAL PEDRAS DE FOGO</a>	Documento de Comprovação
24741369	25/09/2019 14:51	<a href="#">FICHA DE ADMISSÃO TRAUMINHA</a>	Documento de Comprovação
24741375	25/09/2019 14:51	<a href="#">RELATORIO DE CIRURGIA</a>	Documento de Comprovação
24741381	25/09/2019 14:51	<a href="#">PROTOCOLO SEGURADORA LIDER</a>	Documento de Comprovação
24759310	26/09/2019 09:19	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
25370216	16/10/2019 16:53	<a href="#">Petição</a>	Petição
25370225	16/10/2019 16:53	<a href="#">ADITAMENTO A INICIAL -</a>	Informações Prestadas
25370242	16/10/2019 16:56	<a href="#">Petição</a>	Petição
25370244	16/10/2019 16:56	<a href="#">atender a despacho</a>	Informações Prestadas
25370246	16/10/2019 16:56	<a href="#">CARTA NEGADA LIDER</a>	Documento de Comprovação
25370599	16/10/2019 16:56	<a href="#">CRAS</a>	Documento de Comprovação
25812955	07/11/2019 15:14	<a href="#">Despacho</a>	Despacho





**CARDOSO E FALCÃO ADVOGADAS ASSOCIADAS**  
Rua Treze de Maio, n.º 697, Centro, João Pessoa – PB  
Fones: 83 999667181/988008299  
cardosoefalcaoadv@hotmail.com

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) JUIZ(A) DA VARA CÍVEL DA**  
**COMARCA DE JOÃO PESSOA PB**

REQUERIMENTOS PRELIMINARES:

a) **Justiça Gratuita, com supedâneo na Lei 1.060/50 e Súmula 29 do TJPB, por ser, a parte au-tora, desprovida de condições para as despesas processuais.(§ 9, “a” da presente e respectiva inclu-sa Declaração de Pobreza)**

**VALDERO ALVES DANTAS**, brasileiro, solteiro, agricultor, rg n.4856336, cpf n. 107.896.134-41, endereço: AV. 02 de julho, n.210, Pedras de Fogo - Pb, por sua advogada, que esta subscrevem, conforme instrumento procuratório incluso, podendo receber intimações e notificações na Av. 13 de maio 721 – Centro – JOÃO PESSOA PB – CEP 58015-170 vem, mui respeitosamente, perante V.Exa. com supedâneo na Lei 6.194/74 e demais legislações pertinentes, ajuizar a presente Ação de

**COBRANÇA DE DIFERENÇA c/c REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS**

Em face da

**MAFPFRE SEGUROS GERAIS S/A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 61.074.175/0001-38, End. Eletr.: “WWW.mapfre.com.br/seguro-br”, Av. Epitácio Pessoa, 723 - Estados - JOÃO PESSOA PB - CEP 58030-000



## I- DO FATO

1. Na data de 10/02/2019, foi vítima de acidente de trânsito, conforme inclusos Boletim de Ocorrência Policial e Boletim de Atendimento Médico, sofrendo seqüela no membro inferior esquerdo e direito, recebendo um valor muito a menor que a debilidade sofrida.

## II- DAS PRELIMINARES

. É praxe das Seguradoras, em Contestação, arguir preliminares sobre as quais aqui se antecipa a devida manifestação:

a) Ilegitimidade passiva: Todas as seguradoras, inclusive a Demandada, formam um consócio (NÃO EXTINTO), instituído pelo Art. 7º da Lei 6.194/74, ao qual se vinculam e em que se obrigam, todas, a efetuarem o pagamento do DPVAT. Tal entendimento se confirma com Decisões do TJRN nas Apelações Cíveis nº 2010.001747-7 e 2010.001758-7 que tem a Demandada como Apelada: “Inocorrência. Consócio de seguradoras. Parte legítima. Nulidade da sentença. retorno dos autos à primeira instância. Recurso conhecido e provido.” e “... reformando a sentença atacada, para afastar a ilegitimidade passiva da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.A.”

b) Carência de ação – Falta de interesse de agir: A parte Autora não está obrigada a, primeiro, buscar Prévio Procedimento Administrativo uma vez que o texto constitucional em seu Art. 5º, XXXV não impõe nenhum condicionamento, muito menos esse, para que seja excluída, da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito seu. No mesmo sentido, em Ementa na Apelação 2009.006430-0 (Apelada: a mesma Demandada), assim decidiu o TJRN: “O fato do demandante não ter formulado pleito administrativo prévio para recebimento da indenização securitária, não obstaculariza o ingresso em juízo...”. Conquanto a presente exposição, ainda há magistrados que intimam a Parte Autora para provar pretensão resistida, o que, neste item, data vênua, bem esclarecido se apresenta (CF e Ementas) a desnecessidade de tal prova, vez que foi demonstrado, acima, que não é exigido a busca do prévio processo administrativo para, depois, buscar a Prestação jurisdicional do Estado. Ainda: nesta ação, a parte autora buscou a esfera administrativa mas a seguradora exigiu sem a realização de perícia pagou a menor

c) Documentos Indispensáveis: Toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 foi carreada com a Exordial, aos autos, inclusive do Laudo Médico Pericial, Há que se atentar que, quando do recebimento administrativo, é realizado exame por profissional designado pela própria Demandada (sem isenção quanto ao Profissional do juízo), entretanto, o conteúdo do resultado



nunca chega às mãos da Parte Autora e nem é carreada aos autos pela Demandada, quando citada. Em decisão do TJRN na Ap. Cível Nº 20.01611-6 assim se pronuncia: “1- A produção do laudo pericial poderá ser realizada até a fase instrutória”. Na presente ação o que se discute é a diferença de pagamento realizado a menor e sem pericia. O promovente juntou sua documentação e recebeu o comunicado de que a seguradora ao analisar sua documentação chegou ao resultado (VALOR;;;;;;0) o que causou imenso descontentamento no promovente pois o valor foi bem menor do que sua sequela( FALAR DA SEQUELA) e foi pago sem a realização de pericia com profissional medico capacitado para avaliar os graus de sua lesão

d) Megadata: Tal suposto documento nenhum valor jurídico tem, pois não passa de mero espelho de computador, sem prova alguma de efetivação de pagamento de DPVAT. Mas a autora nada recebeu.

e) Prescrição: O prazo prescricional começa sua contagem a partir do resultado positivo do Exame Pericial. Assim corrobora a Súmula 278 do STJ: “o termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade la-boral”. No presente caso o prazo foi interrompido em 30/set/15, data em que a Demandada efetuou o pagamento a menor, conforme itens 3/4 abaixo.

Assim, requer que sejam, as preliminares suscitadas na Contestação, consideradas impugnadas na forma aci-ma exposta, sem a necessidade de nova manifestação, com exceção de outras aqui não elencadas, com a rejeição de todas.

### III- DO PRÉVIO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

3. É comum a Demandada alegar falta de interesse de agir. Entretanto, A Parte Autora buscou, na via administrativa, a satisfação do seu direito nos termos da legislação que regula o Seguro DPVAT, mas teve o seu direito preterido com a parte ré criando obstáculos e negando-lhe a pericia para avaliação de sua sequela, realizando pagamento so ao analisar a documntação.

4. Há que se ressaltar que, na época própria, toda a documentação exigida pela Lei foi apresentada à Seguradora para análise e foi realizado um pagamento administrativo, sem a realização de pericia, o que causou imensa desconfiança ao promovente e a seus procuradores, uma vez que sem a realização da pericia fica impossível se avaliar e constatar a sequela oriunda do sinistro.

### IV- DO DANO MATERIAL:



5. Determina o Código Civil nos artigos 876 e 884 do Código Civil, *ipsis litteris*:

“Art. 876. Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir; obrigação que incumbe àquele que recebe dívida condicional antes de cumprida a condição”.

Art. 884. “Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita à atualização dos valores monetários”.

#### V- DO DIREITO

6. Quanto ao Direito á percepção do seguro, a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.

7. Tem sido comum a alguns órgãos regionais do IML se negar a proceder o exigido exame médico, mesmo quando a vítima é encaminhada pelo Juiz, o que pode ser passivo de intervenção no Estado por descumprimento da Lei Federal, a de nº 11.945/2009, que, em seu Art. 31 altera o § 5º do Art. 5º da Lei 6.194/74 o qual passa a textualizar: NA PRESENTE DEMANDA PAGAMENTO ADMINISTRATIVO A MENOR

“§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.”

#### IV- DO FORO

8. É certo que o domicílio da Parte Autora não está em logradouro cuja competência seja dessa Comarca, entretanto, como a Parte Demandada tem Escritório nessa cidade, aquela usufrui da permissibilidade de que dispõe os Art. 75 do CC c/c Arts. 46 e 53, III, “a” do NCPC/2015. E O PROCESSO ADMINISTRATIVO CORREU NA COMPREV no shopping cidade no centro desta capital.

#### -VI- DO PEDIDO:

9. PELO EXPOSTO, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c o art. 3º e 5º alínea “II” da Lei 6.194/74, requer a procedência da presente



demanda em todos os seus pedidos, para condenar a parte requerida no pagamento da indenização em epígrafe, face a debilidade permanente sofrida pela Parte Autora adquirida através de sinistro de acidente de trânsito, requerendo, ainda, o seguinte:

a. Ab initio, deferimento da(s) preliminar(es) prefacial(is) (1ª pág. da presente);

b. Citação da Promovida através de AR (Correios - Art. 221 I do CPC) no endereço retro declinado, para, no prazo legal determinado, sob pena de revelia e confissão, apresentar proposta de acordo e/ou contestação;

d. Contestação apresentada pela Demandada, Manifestação antecipada sobre preliminares (retro item “2”) e encaminhamento a perícia a ser realizada por perito de confiança desse nobre magistrado ainda, considerando que toda a documentação exigida pela Lei 6.194/74 está sendo anexada à Exordial, o processo há de ser considerado devidamente saneado (sem nenhuma outra prova a produzir) com a prolação de Sentença com base no Exame Pericial, razão por que a Parte Autora, na forma do Art. 319, VII do NCPC de 2015, opta pela não realização de audiência de conciliação ou mediação, visando maior fluidez e celeridade aos autos, o que não produzirá prejuízo à Demandada.

e. Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativos à data do sinistro;

f. Seja, a demandada, condenada no pagamento de honorários advocatícios em 20% sobre o valor sentenciado, mais custas processuais e demais emolumentos.

Dá, à presente, o valor de R\$ 13.500,00 para efeito fiscal.

Nestes Termos,

Pede e Espera deferimento.

JOÃO PESSOA PB, 24 de setembro de 2019

Clarissa R. D. Cardoso  
14.138



## PROCURAÇÃO AD JUDICIA ET EXTRA

### OUTORGANTE:

NOME: VALDEPO ALVES DANTAS

QUALIFICAÇÃO: BRASILEIRO, SOLTEIRO, AGRICULTOR

ENDEREÇO: AV: 02 de julho, 210, PEDRAS DE FOGO

CPF/MF: 107.896.134-41

RG: 4856336

### OUTORGADO:

CLARISSA ROBERTA DIAS CARDOSO, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PB 14.138, com endereço profissional situado na Rua Treze de Maio, nº 729, centro, João Pessoa – PB. Tel 988447962

### PODERES:

Para o foro em geral com a cláusula *ad judicium*, para propor contra quem de direito as ações competentes, defender nas contrárias, seguindo umas e outras até final decisão, usando os recursos legais, acompanhando em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, até final decisão, em quaisquer ações que o outorgante figure como autor, réu, assistente ou oponente, usando os poderes podendo firmar acordos ou compromissos e TRANSIGIR, bem como receber CITAÇÃO, NOTIFICAÇÃO E INTIMAÇÕES, podendo praticar também atos extrajudiciais de representação e defesa, em especial com poderes para confessar, desistir, transigir, firmar compromisso ou acordos, reconhecer a procedência do pedido, renunciar o direito ao qual se funda a ação, receber e dar quitação, abrir conta em banco, arrematar, adjudicar, renunciar a direitos, permutar, requerer e receber alvará judicial, endossar cheques, gravar bens, prestar contas, agindo em conjunto ou separadamente, podendo substabelecer, com ou sem reservas de poderes, dando tudo por firme, certo e valioso. Pedir os benefícios da Lei Nº 1060 de 1950 (se necessário).

Dispensado o reconhecimento de firma, em virtude dos termos do art. 1º da Lei nº. 8.952/94.

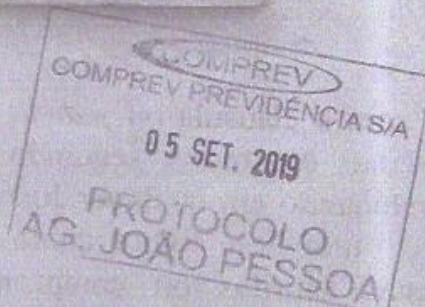
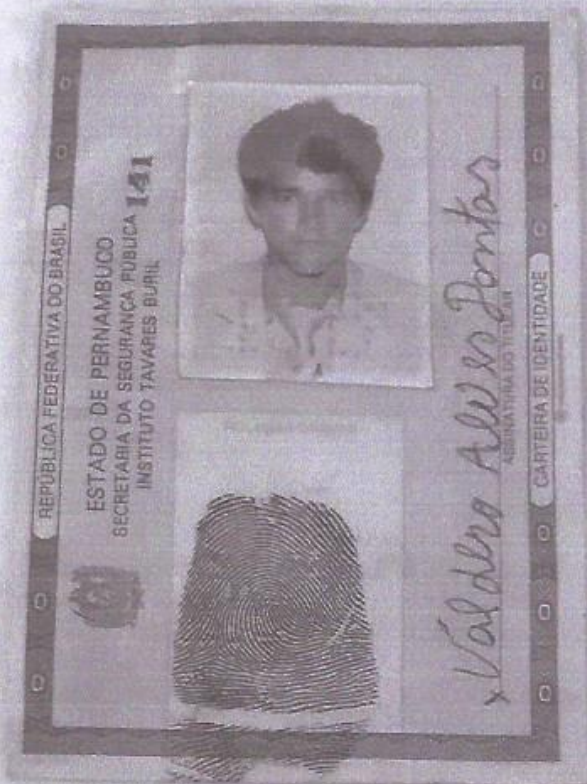
João Pessoa, 23 de julho de 2019

Valdepo Alves Dantas

OUTORGANTE









VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 4856336 DATA DE EXPEDIÇÃO 25/08/1992

NOME VALDERO ALVES DANTAS

FILIAÇÃO Manoel Henrique Dantas e Arlinda Alves Dantas

NATURALIDADE Goiana-PB DATA DE NASCIMENTO 03/02/1973

DOC ORIGEM Cert. Nasc. Nº 12.507 F.183-V

L.18 Cart. de Pedras do Fogo-PB.

CPF

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
05 SET. 2019  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Receita Federal

CPF

CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Número de inscrição  
107.896.134-41

Nome  
VALDERO ALVES DANTAS

Nascimento







**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

**Ocorrência nº. 0663/2019**

Aos VINTE E SETE dias de AGOSTO de DOIS MIL E DEZENOVE, nesta cidade de PEDRAS DE FOGO/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Exmo(a). **PAULO DE OLIVIRA MARTINS**, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrivã(o), aí, por volta 10h:25min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

VALDERO ALVES DANTAS, Identidade nº 4.856.336-SDS/PE, CPF nº 107.896.134-41, nacionalidade brasileiro, estado civil: casado, profissão: trabalhador rural, filho(a) de Manoel Henrique Dantas e de Arlinda Alves Dantas, natural de Goiana/PE, nascido(a) em 03/02/1973 (46 anos de idade), do sexo masculino, residente e domiciliado(a) no(a) Av. Dois de Julho, 220, Centro, tendo como ponto de referência: xxxxxxxx, na cidade de Pedras de Fogo/PB, fone(s) para contato: NÃO POSSUI.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE TRANSITO;
- 2) DATA DO FATO: 10 de FEVEREIRO de 2019;
- 3) HORÁRIO: 14h:0min;
- 4) LOCAL: Av. Dois de Julho, Em frente ao "LAZER", Centro, Pedras de Fogo/PB.

5) BREVE RESUMO DO FATO:

Afirma o noticiante que no momento em que atravessava a rua, foi atropelado por uma motocicleta que se evadiu do local sem prestar socorro, não tendo a identificação do veículo até a presente data; Que foi socorrido para o Hospital de Pedras de Fogo, de onde foi transferido por uma equipe do SAMU para o Complexo Hospitalar de Mangabeira, em João Pessoa/PB.

6) OBSERVAÇÕES:

NADA CONSTA

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrivã(o) que digitei.

*Valdero Alves Dantas*

VALDERO ALVES DANTAS

Comunicante

*[Assinatura]*

Escrivã(o)/Agente

Matricula nº 154.876-0



DELEGACIA DE PEDRAS DE FOGO – Rua Dr. Manoel Alves, 191, Centro, Pedras de Fogo/PB. CEP: 58.328-000  
FONE: (81) 3635-1304





SERVICO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA – SAMU



Pedras de Fogo - Estado da Paraíba

# DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins de direito, que o SAMU – 192 (USB 61), de Pedras de Fogo - PB, prestou atendimento pré-hospitalar a **VALDERO ALVES DANTAS**, vitima de atropelamento por moto na rua da baixinha, centro, na cidade de Pedras de Fogo, no dia **10/02/2019**, onde foram realizados todos os procedimentos de urgência pela equipe de plantão, conduzindo o mesmo para o Complexo Hospitalar de Mangabeira em João Pessoa-PB, sob o protocolo de regulação nº **2347797**.

Pedras de Fogo, 20 de fevereiro de 2019.

  
Adjanio Morais de Oliveira  
Coordenador SAMU PF  
ADJANIO MORAIS DE OLIVEIRA  
ENFERMEIRO  
COREN PE 382.141  
COORDENADOR





INIDADE PRESTADORA DE SERVIÇO (UPS):

Nome: **HOSPITAL DISTRITAL DR. JOSÉ DE SOUZA MACIEL**

Cód. do CNES: 2363682

CNPJ: 10.490.987/0001-23

Endereço: **RUA PROFESSOR GETÚLIO CÉSAR R. GUEDES, 12 - CENTRO**

Município: **PEDRAS DE FOGO**

Estado: **PARAÍBA**

UF: **PB**

PACIENTE:

Nome:

**Valdeir Alves Santos**

Sexo:

**M**

Idade:

**46**

Profissão:

**Av. 02 de julho - 210**

Documento:

Endereço:

Município:

**PB**

Estado:

**PB**

UF:

Cód. IBGE Município:

**03.02.73**

CNS:

Data de Nascimento:

Data de Atendimento:

**10.02.19**

Cartão SUS:

PSF:

**Conceição**

CS:

Hora:

**11:10**

RAÇA/COR:

☐ 1. BRANCA

☐ 2. NEGRA

☒ 3. PARDA

☐ 4. AMARELA

☐ 5. INDIGENA

☐ 6. SEM INFORMAÇÃO

**AVALIAÇÃO DE ENFERMAGEM**

Peso:

Situação / Queixa:

**Int. de algopela auto (sic) trazida pelo  
SAMU para a U.E. SAMU - conclusão  
do Oritograma. Suspeita fratura de escápula.**

Breve História: Comorbidades / Hábitos / Costumes:

☐ Has

☐ Insuf. Renal

☐ AVC

☐ Hepatopatia

☐ Cardiopatia

☐ Dpoc

☐ Transtorno Mental

☐ Alcoolismo

☐ Tabagismo

☐ Drogas

☐ Neoplasia

☐ Epilepsia

☐ Outros:

Alergia:

Medicamento em Uso:

SVV:

A:

**130 x 80**

P:

**89**

FR:

IGT:

Sat. O<sub>2</sub> (%):

Grau de Dor:

☒ Dor Leve

☐ Dor Moderada

Classificação de Risco

☐ Vermelho

☒ Amarela

☐ Verde

☐ Azul



Assinatura e Carimbo do Enfermeiro

**332141**

**RESULTADOS:**

- 1.
- 2.
- 3.
- 4.

☐ 1- ELETIVO    ☐ 2- URGÊNCIA    ☐ 3- ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO A SERVIÇO DA EMPRESA

☐ 4- ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO    ☐ 5- OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVOLVIMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

DIAGNÓSTICO:

CID - 10


☐ PRESCRIÇÃO ☐ APLICADA

☐ OBSERVAÇÃO ☐ RESIDÊNCIA

☐ INTERNAÇÃO ☐ OUTRO

☐ ÓBITO ☐ OUTROS

1. 

2. 

3. | | | | | | | | | |

4. | | | | | | | | |

CNS:

CBO:

CRM:

Assinatura do Paciente / Acompanhante ou Responsável:

Polegar:

Assinatura do Revisor Técnico - Carimbo

Assinatura do Revisor Administrativo - Carimbo





PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAO PESSOA  
COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA GOV. TARCISIO BURITI  
RUA: AGENTE FISCAL JOSE COSTA DUARTE S/N  
58056-384 JOAO PESSOA Fone: (83) 3214-1980  
FAX: ( ) - CNPJ:

Ficha Nr: 204624 Atd: Nao Regul  
Data: 10/02/2019  
Hora: 11:58:37  
Recepcionista: CLEBIA FERREIRA RODR  
Clinica: CIRURGICA

DADOS DO PACIENTE

Nome: VALDERO ALVES DANTAS

Nº de vezes atendido: 1

Am. prontuario: 2015.02.001170

CNS: SEM CNS Sexo: M IDENTIDADE: 4856336 Fone: 3133960556

Natural: JOAO PESSOA/PB Data Nasc.: 03/02/1973 Id: 46 ano(s)

End.: AVENIDA 02 DE JULHO, 210

Bairro: CENTRO Cidade: PEDRAS DE FOGO UF: PB

Mae: ARLINDA ALVES DANTAS

Pai: MANOEL HENRIQUE DANTAS

Raca: SEM INFORMACAO Etnia: SEM INFORMACAO

Ocupação: AGRICULTOR

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

INFORMACOES DE ENTRADA

Escolaridade:

Resp.: SOGRO - JOSE

Tel/Doc. Responsavel: / SEM DOCUMENTO: SD

Procedencia: RUA

Transporte utilizado: SAMU

Vitima de acidente por: MOTO

Vitima de violencia por: NAO

Caso Policial

2-CONSULTA

CONDICOES DO PACIENTE AO SER ATEND

Grupo de Classificação de Risco: AMARELO

PA: FR:

☐ Aparentemente Bem ☐ Grave

FC: TP:

☐ Politraumatizado ☐ Convulsao

Peso: Altura:

☐ Hemorragia ☐ Dispneia

Glicemia: IMC:

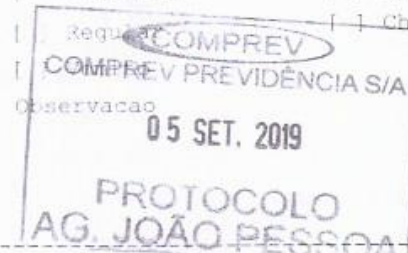
☐ Diarreia ☐ Agitado

Circ. Abd: O2%:

☐ Chocho

Queixa Principal

QUEDA DE MOTO



Historia - Exame Fisico - (hora do atendimento medico)

*Apresenta-se bem!*

*Rx Torax 2x 10 MB*

Diagnostico

*Lesão decorrente de queda de M.I. E*

Prescrição

Horario da medicacao



-----  
Data e Hora | PRESCRICAO (assinatura e carimbo)

-----  
ANOTACOES DA ENFERMAGEM

Qtdel	Medicamentos	Dose	Horario	Evolucoes

-----  
Reservado p/ liberacao

Assinatura da Enfermagem

-----  
PROCEDIMENTO REALIZADO

-----  
DESTINO DO PACIENTE

[ ] Residencia [ ] Transferido Des stencia [ ] UTI  
[ ] Alta a pedido [ ] Enfermaria Conto: [ ] Atestado [ ] SVO [ ] IME

-----  
Assinatura do Paciente/Responsavel

Assinatura e Carimbo do Medico







## FICHA DE ADMISSÃO MÉDICA

Nome:		Data da Admissão: ____/____/____	
Prontuário:	Idade:	Enfermaria:	Leito:
Nome da Mãe:			
Endereço:		Bairro:	
Cidade:	Estado:	Fone:	Profissão:
Sexo: F ( ) M ( )	Cor:	Estado Civil:	Religião:
Escolaridade:	Data de Nascimento ____/____/____		
QPD:			
HDA: <i>Doença e cirurgia (Alzheimer)</i>			
<i>Feira-feira 10/05/2019</i>			
<i>C/ febre</i>			
<i>Medicamentos em uso:</i>			
Interrogatório Sintomatológico:			
<b>Geral:</b> <input type="checkbox"/> Febre <input type="checkbox"/> Astenia <input type="checkbox"/> Anorexia <input type="checkbox"/> Perda de Peso ____ Kg em ____ <input type="checkbox"/> Prurido <input type="checkbox"/> Sudorese <input type="checkbox"/> Calafrios <input type="checkbox"/> Alopecia <input type="checkbox"/> Adenomegalias <input type="checkbox"/> Icterícia <input type="checkbox"/> Tonturas <input type="checkbox"/> Outros: ____			
<b>Pele:</b> ____			
<b>Cabeça e Pescoço:</b> <input type="checkbox"/> Cefaléia <input type="checkbox"/> Espirros <input type="checkbox"/> Rinorréia <input type="checkbox"/> Obstrução Nasal <input type="checkbox"/> Epistaxe <input type="checkbox"/> Dor de Garganta <input type="checkbox"/> Bócio <input type="checkbox"/> Rouquidão <input type="checkbox"/> Disfagia <input type="checkbox"/> Audição: ____ Visão: ____			
<b>AR e ACV:</b> <input type="checkbox"/> Dor ____ <input type="checkbox"/> Tosse <input type="checkbox"/> Expectoração <input type="checkbox"/> Hemoptise <input type="checkbox"/> Dispneia <input type="checkbox"/> Palpitações <input type="checkbox"/> Desmaio <input type="checkbox"/> Cianose <input type="checkbox"/> Edema ____ Outros: ____			
<b>ABD:</b> <input type="checkbox"/> Dor ____ <input type="checkbox"/> Pirose <input type="checkbox"/> Solução <input type="checkbox"/> Regurgitação <input type="checkbox"/> Hematêmese <input type="checkbox"/> Náuseas <input type="checkbox"/> Vômitos <input type="checkbox"/> Dispepsia <input type="checkbox"/> Diarréia <input type="checkbox"/> Melena <input type="checkbox"/> Enterorragia <input type="checkbox"/> Constipação <input type="checkbox"/> Aumento de volume			
<b>AGU:</b> <input type="checkbox"/> Disúria <input type="checkbox"/> Incontinência <input type="checkbox"/> Retenção <input type="checkbox"/> Poliúria <input type="checkbox"/> Oligúria <input type="checkbox"/> Noctúria <input type="checkbox"/> Hematúria <input type="checkbox"/> Mal Cheiro <input type="checkbox"/> Corrimento <input type="checkbox"/> Outras: ____			
<b>SME:</b> <input type="checkbox"/> Dor ____ <input type="checkbox"/> Rigidez pós-reposso <input type="checkbox"/> Deformidades <input type="checkbox"/> Artralgia <input type="checkbox"/> Calor <input type="checkbox"/> Rubor <input type="checkbox"/> Edema <input type="checkbox"/> Crepitação <input type="checkbox"/> Fraqueza <input type="checkbox"/> Atrofia <input type="checkbox"/> Espasmos			
<b>SN e PSO:</b> <input type="checkbox"/> Insônia <input type="checkbox"/> Sonolência <input type="checkbox"/> Convulsões <input type="checkbox"/> Motricidade e Sensibilidade ____ <input type="checkbox"/> Amnésia <input type="checkbox"/> Libido <input type="checkbox"/> Humor			

Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



**Antecedentes Pessoais e Hábitos:**

Doenças Anteriores: \_\_\_\_\_  
Alergias: \_\_\_\_\_  
Cirurgias: \_\_\_\_\_ [ ]HTF  
[ ]HAS [ ]DM [ ]TB [ ]HEP [ ]Dislipidemia [ ]Banho de Rio [ ]Casa de Taipa  
[ ]Trauma \_\_\_\_\_ [ ]Neo \_\_\_\_\_ [ ]Tabagismo \_\_\_\_\_  
[ ]Alcoolismo \_\_\_\_\_  
Exercício Físico: \_\_\_\_\_ Alimentação \_\_\_\_\_

**Antecedentes Familiares:**

HAS \_\_\_\_\_ DM \_\_\_\_\_ TB \_\_\_\_\_ NEO \_\_\_\_\_  
Dislipidemias \_\_\_\_\_ ▼ \_\_\_\_\_

**Exame Físico:**

Peso: \_\_\_\_\_ Kg Altura: \_\_\_\_\_ m IMC = \_\_\_\_\_ PA= \_\_\_\_\_ mmHg  
FC= \_\_\_\_\_ FR= \_\_\_\_\_ TEMP(°C)= \_\_\_\_\_

Geral: \_\_\_\_\_

Cabeça e Pescoço (ORF e Otoscopia): \_\_\_\_\_

Gânglios: \_\_\_\_\_

Pele: \_\_\_\_\_

ACV: \_\_\_\_\_

AR: \_\_\_\_\_

ABD: \_\_\_\_\_

AGU: \_\_\_\_\_

SME: \_\_\_\_\_

SN: \_\_\_\_\_

Resultados de Exames Complementares: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Hipóteses Diagnósticas: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Conduta: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_







### DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Incisão:

Achados:

Conduta:

Fechamento:

OBS:


Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
MÉDICO/CRM

\_\_\_\_\_  
Rua Ag. Fiscal José Costa Duarte, S/N, CEP 58056-384, Mangabeira II, João Pessoa - PB.



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0307833/19

Vítima: VALDERO ALVES DANTAS

CPF: 107.896.134-41

Seguradora: GENTE SEGURADORA S/A

Data do acidente: 10/02/2019

CPF de: Próprio

Titular do CPF: VALDERO ALVES DANTAS

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de registro de acidente declarado  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação

**VALDERO ALVES DANTAS : 107.896.134-41**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

3190518059

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 05/09/2019  
Nome: VALDERO ALVES DANTAS  
CPF: 107.896.134-41

VALDERO ALVES DANTAS

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 05/09/2019  
Nome: LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO  
CPF: 114.261.744-03

LARISSA SANTOS DO NASCIMENTO







**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0859295-88.2019.8.15.2001

**DESPACHO**

Vistos.

**1** -Compulsando aos autos, verifico que, apesar de ter sido juntado aos autos o requerimento administrativo formulado pela autora junto à seguradora, este está datado de 05/09/2019, ou seja, apenas 20 (vinte) dias antes da propositura da ação.

Saliente-se que, conforme informação constante do Protocolo de Entrega de Documentos (ID24741381), o prazo para pagamento da indenização é de 30 (trinta) dias, prazo este que ainda não se findou.

Por outro lado, o autor afirma, na inicial, que recebeu “um valor muito menor que a debilidade sofrida”, porém não faz prova alguma neste sentido.

Assim, **intime-se a parte autora para trazer aos autos prova do pagamento recebido na via administrativa, sob pena de não restar configurado o interesse processual, em 15 (quinze) dias.**

**2** -Inferre-se dos autos que a parte promotente, por seu advogado, pugnou pela gratuidade da justiça, declarando-se pobre na forma da lei.

Analisando a inicial, verifica-se que o autor se declara agricultor, porém deixa de juntar aos autos qualquer documento que comprove sua situação de hipossuficiência, sequer justificando-a.

As normas que disciplinam a gratuidade judiciária foram criadas para amparar os desvalidos e excluídos da sociedade, que não conseguem manter a própria subsistência e da sua família.

Há que ser concedido tal benefício a pessoas físicas ou jurídicas reconhecidamente incapazes de arcar com as despesas processuais. Se assim não fosse, haveria uma deturpação do real sentido da norma, que é o de garantir o acesso ao Poder Judiciário aos menos favorecidos.



O art. 99, §3º do CPC, estabelece a presunção de veracidade da alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. Destaque-se que, sendo relativa a presunção de miserabilidade, pode o magistrado questionar *ex officio* a alegação, caso encontre elementos que infirmem a hipossuficiência do requerente, a fim de que o benefício não seja utilizado por aqueles que não se enquadram nas hipóteses legais.

Importante frisar, ainda, que o autor deu à causa o valor de R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que deverá ser considerado para fins de cálculo das despesas processuais.

O CPC/2015 inovou no ordenamento jurídico quando, em seu art. 98, §§ 5º e 6º, previu a possibilidade de redução ou parcelamento das custas processuais, solução intermediária entre a concessão ou não do benefício. Tal regra foi recepcionada por este Tribunal através da Portaria Conjunta nº 02/2018.

Diante de tudo o que foi exposto, **intime-se** a parte autora para, no mesmo prazo, comprovar nos autos sua situação de miserabilidade que justifique a concessão da Justiça Gratuita, podendo se valer de contracheque/holerite, extratos de conta bancária e/ou cartão de crédito, declaração de imposto de renda dos últimos 02 (dois) anos, bem como toda e qualquer documentação que desejar, sob pena de indeferimento do benefício.

Poderá a parte autora, ainda, no mesmo prazo, requerer a redução do valor das custas e/ou seu parcelamento, nos termos explanados acima.

Deverá a parte, por fim, juntar aos autos guia de custas, nos termos da Portaria Conjunta nº 02/2018.

Cumpra-se.

JOÃO PESSOA, 26 de setembro de 2019.

Juiz(a) de Direito







**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE  
DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB**

Processo nº 0859295-88.2019.8.15.2001

**VALDERO ALVES DANTAS**, já qualificado nos autos do processo, vem a Vossa Excelência, com fulcro no Art. 329 do CPC, apresentar

**ADITAMENTO À INICIAL**

pelos motivos a seguir expostos.

**DO CABIMENTO DO PRESENTE ADITAMENTO**

Trata-se de ação proposta objetivando receber indenização DPVAT, ocorre que logo após a propositura da ação, o Autor tomou ciência de que pediu a diferença, como se estivesse recebido algum valor motivando a alteração para não pedido de diferença e sim o valor total da indenização.

O aditamento tem amparo no Código de Processo Civil no Art. 329, nos seguintes termos:

Art. 329. O autor poderá:

- I- até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;
- II- até o saneamento do processo, aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias,



facultado o requerimento de prova suplementar.

Assim, considerando que \_\_\_\_\_ houve a citação do réu, apresenta abaixo as alterações necessárias à peça inicial para seu devido seguimento.

#### **DA ALTERAÇÃO DA CAUSA DE PEDIR**

A causa de pedir é receber o valor total da indenização e não apenas a diferença.

#### **REQUERIMENTOS**

Posto isso, REQUER o recebimento do presente aditamento para fins de total provimento, com a alteração do pedido total da indenização, pela total negativa da seguradora diante a debilidade do autor , conforme acima disposto.

Termos em que,  
Pede deferimento.

João Pessoa, data PJE.

Clarissa Roberta Dias Cardoso  
OAB/PB





**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE  
DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JOÃO PESSOA/PB**

Processo nº 0859295-88.2019.8.15.2001

**VALDERO ALVES DANTAS**, já qualificado nos autos do processo, vem a  
Vossa Excelência:

**ATENDER A DESPACHO**

1.

Juntar aos autos FOLHA RESUMO DE CADASTRO ÚNICO – V7, onde tem demonstrada a renda per capita da família, R\$ 32,00 (trinta e dois reais) por pessoas. Provando de maneira incontroversa a extrema pobreza do autor e sua família, espero que isso ajude na celeridade do processo, por que para pessoas miseráveis qualquer valor é uma fortuna.

2.

Juntar aos autos carta da seguradora líder negando o pedido de indenização.

**REQUERIMENTOS**

Posto isso, REQUER a juntada dos documentos em anexo aos autos, o deferimento da justiça gratuita e o devido prosseguimento da ação.

Termos em que,  
Pede deferimento.

João Pessoa, data PJE.

**Clarissa Roberta Dias Cardoso**  
**OAB/PB**





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 12 de Setembro de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190518059

Vítima: VALDERO ALVES DANTAS

Data do Acidente: 10/02/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), VALDERO ALVES DANTAS

Após a análise dos documentos apresentados do pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, não sendo caracterizada invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT.

A documentação médica anexada, datada de 10/02/2019, emitida pelo Dr. ANTONIO VITURIANO DE ABREU, CRM nº 2279 - PB, da Instituição COMPLEXO HOSPITALAR MANGABEIRA, evidencia recuperação completa após o dano pessoal sofrido no acidente de trânsito e não foi comprovada a existência de invalidez permanente.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Carta nº 14767986



**FOLHA RESUMO CADASTRO ÚNICO - V7****I - INFORMAÇÕES RELATIVAS AO CADASTRO DA FAMÍLIA**

1.01 Código Familiar: 016526514-03 1.10 Data da Entrevista: 07/10/2019  
RENDIA PER CAPITA DA FAMÍLIA: 32,00

**II - ENDEREÇO DA FAMÍLIA**

1.11 - Localidade: CENTRO  
1.12 - Tipo: AVENIDA 1.13 - Título:  
1.14 - Nome: 2 DE JULHO  
1.15 - Número: 210 1.16 - Complemento do Número: QUARTOS  
1.17 - Complemento Adicional:  
1.18 - Cep: 58.328-000 1.20 - Referência para Localização:

**III - COMPONENTES DA FAMÍLIA****RESPONSÁVEL FAMILIAR**

4.02 - Nome Completo: JEANE MARIA DE BRITO  
4.03 - NIS: 16292809026 4.06 - Data de Nascimento: 19/06/1983

4.07 - Parentesco com Responsável CONJUGE OU COMPANHEIRO(A)  
4.02 - Nome Completo: VALDERO ALVES DANTAS  
4.03 - NIS: 12511458537 4.06 - Data de Nascimento: 03/02/1973

4.07 - Parentesco com Responsável FILHO(A)  
4.02 - Nome Completo: FELIPE BRITO ALVES DANTAS  
4.03 - NIS: 16292551424 4.06 - Data de Nascimento: 09/04/2001

4.07 - Parentesco com Responsável OUTRO PARENTE  
4.02 - Nome Completo: MARIA LAURA MONTEIRO DE SOUZA  
4.03 - NIS: 23809934085 4.06 - Data de Nascimento: 30/09/2015

Pedram de Foz 07.10.19  
Local e Data

Jeane Maria de Brito  
Assinatura do Responsável pela Unidade Familiar

Suzana Brito de Silva  
Assinatura do Entrevistador/Responsável pelo

Caso o RF não saiba assinar, o entrevistador registrará a expressão "A ROGO" e, a seguir, o nome do RF.

(A ROGO é a expressão jurídica utilizada para indicar que a identificação, substituindo a assinatura, foi delegada a outra





**Poder Judiciário da Paraíba**  
**3ª Vara Cível da Capital**

**Processo nº 0859295-88.2019.8.15.2001**

**DESPACHO**

Vistos.

Defiro o pedido de gratuidade de justiça.

Como é cediço, o art. 334 do CPC/2015 estabelece que, se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação.

Em que pese o texto legal, a designação da audiência deve ser reservada para os casos em que haja uma hipótese real de haver êxito, cabendo ao juiz ponderar estas situações e evitar a designação do ato. Com efeito, a formação de uma pauta, ainda que de audiências de conciliação, implica no destacamento de material humano para a preparação do ato e a sua própria execução, o que pode atrasar o curso do processo.

No caso em tela, a realização imediata da audiência de conciliação tem grandes chances de se mostrar inócua. A parte autora busca no Judiciário a revisão/modificação de ato praticado no âmbito extrajudicial, apenas reapresentando a situação de fato ao juízo. Ademais, a experiência prática demonstra que as seguradoras não realizam acordos em demandas congêneres, razão pela qual deixo de designar audiência prévia de conciliação.

Cite-se a parte promovida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob as advertências do art. 344 do CPC/2015.

João Pessoa, data da assinatura eletrônica.

Juiz(a) de Direito

